

**LUZES E SOMBRAS? ESPECTROS DA 1ª REPÚBLICA NA LITERATURA
PORTUGUESA CONTEMPORÂNEA**

**LIGHTS AND SHADOWS? SPECTRUMS OF THE 1st REPUBLIC IN
CONTEMPORARY PORTUGUESE LITERATURE**

Maria do Carmo Pinheiro Silva Cardoso MENDES¹

RESUMO: Pretendo revisitar neste ensaio as conquistas e derrotas da Primeira República Portuguesa na literatura contemporânea. A análise centra-se em três romances – *Levantado do Chão*, de José Saramago, *Vida e Morte dos Santiagos* e *O Segredo de Miguel Zuzarte*, de Mário Ventura – e uma peça teatral – *A Maçon*, de Lídia Jorge. Os textos revelam: *Levantado do Chão*, um desencanto irónico sobre o poder repressor da autoridade, a alienação dos mais fracos e a violência sobre classes exploradas, de modo a provar que República, mais do que uma rutura e de *praxis*, é uma continuação dos desacertos da Monarquia; os romances de Mário Ventura, uma combinação de ficção e factualidade que desvenda acontecimentos históricos futuros, sobretudo a sobrevivência de projetos republicanos; *A Maçon*, a exaltação de uma influente mulher republicana, ativista e feminista Adelaide Cabete, tornada símbolo de rebeldia e de inconformismo contra a enfraquecida visão das mulheres portuguesas na 1ª República.

PALAVRAS-CHAVE: Primeira República, literatura portuguesa contemporânea

ABSTRACT: In this paper, I intend to revisit the achievements and the failures of Portuguese 1st Republic in contemporary literature. The study is focused on three novels – *Levantado do Chão* (José Saramago); *Vida e Morte dos Santiagos* and *O Segredo de Miguel Zuzarte* (Mário Ventura); and a play – *A Maçon* (Lídia Jorge). These texts expose: *Levantado do Chão*, an ironic disenchantment about the repressive power of authority, the alienation of the weakest and the violence over oppressed classes, in order to prove that the Republic, more than a praxis rupture, continues the Monarchy's mistakes; Mário Ventura's novels, a combination of fiction and reality which unveils future historical events, mainly the survival of republican projects; *A Maçon*, the exaltation of an powerful Republican woman, the activist and feminist Adelaide Cabete, who became a symbol of rebellion and nonconformity, in conflict with the poor vision of Portuguese women in the 1st Republic.

KEY-WORDS: 1st Republic, Portuguese contemporary literature.

Introdução

Mais de um século após a proclamação da 1ª República portuguesa, vários escritores continuam atraídos pelos conturbados anos desse período da História de Portugal. Não deixa de ser interessante que, num período fértil em acontecimentos notáveis nos planos nacional e

¹ UM – Universidade do Minho. Instituto de Letras e Ciências Humanas. Braga – Portugal. Email: mcpinheiro@ilch.uminho.pt

internacional como foi o século XX (e continua a ser a primeira década do século XXI), a República e os Republicanos continuam a alimentar um vasto número de obras literárias.

Poderia entrar de imediato na coletânea de seis narrativas breves em *1910*, onde diversos escritores contemporâneos manifestam posicionamentos diferenciados sobre a República: um fascínio pela revisão de acontecimentos históricos que a prepararam – a formação da Carbonária portuguesa, a greve estudantil de Coimbra, em 1907, a *Janeirada* ou *Golpe do Ascensor da Biblioteca*, em 28 de Janeiro de 1908, o regicídio, no mesmo ano (Luísa Costa Gomes, *O Golpe do Ascensor da Biblioteca*), uma ficcionalização do busto da República numa mulher do povo maltratada (Mário Cláudio, *Crónica de um Busto*), um desejo de recuperação dos ideais da República, já em pleno Estado Novo (Mário de Carvalho, *Bildung*), uma recordação nostálgica do último monarca português (Miguel Real, *O Rosto de Portugal*), um contraste entre visões femininas que opõem otimismo e pessimismo na interrogação sobre o papel da mulher no regime (Teolinda Gersão, *1910*), ou uma meditação dececionada sobre o legado da República (Urbano Tavares Rodrigues, *Viva a República!*).

Poderia ainda considerar os dois romances publicados no ano do centenário da República por José Jorge Letria, *O Vermelho e o Verde e Morro bem, salvem a Pátria!* O primeiro narrando o percurso de uma família cujos elementos se posicionam em campos inconciliáveis; o segundo construindo uma biografia romanceada de Sidónio Pais.

Entendo, todavia, ser desejável fazer uma incursão num conjunto de textos que, sendo representativos do processo de revisitação contemporânea da República, não o esgotam nem consubstanciam uma posição definitiva sobre as suas imagens. Creio que no *corpus* selecionado se entretece uma imagem proteiforme da República e de alguns republicanos, muito embora tendam a colori-la em tons de decepção ou desilusão, sobretudo no que concerne ao fracasso dos seus ideais e do seu projeto.

Ironia e desencanto: a República não é para todos

O romance saramaguiano *Levantado do Chão* (1980) narra as vivências de várias gerações de uma família marcada pela exploração de latifundiários alentejanos. A análise do comportamento das instâncias de poder (anteriores e posteriores ao período republicano) mostra que, para trabalhadores maltratados e miseráveis como os Mau-Tempo, é indiferente que o sistema político seja uma monarquia, uma República ou uma ditadura. De resto, o romance abrange uma temporalidade ampla, que vai dos últimos anos da Monarquia constitucional até à implantação da democracia. Procuram as forças de autoridade manter o povo num estado de alienação cultural, propiciador do conformismo e da miséria. Esta condição é revelada nas

palavras de um proprietário rural dos tempos republicanos, que se apropria do intertexto bíblico para legitimar a arbitrariedade e o autoritarismo dos fortes, e o conformismo e analfabetismo dos fracos:

A grande e decisiva arma é a ignorância. É bom, dizia Sigisberto no seu jantar de aniversário, que eles nada saibam, nem ler, nem escrever, nem contar, nem pensar, que considerem e aceitem que o mundo não pode ser mudado, que este mundo é o único possível, tal como está, que só depois da morte haverá paraíso, o padre Agamedes que explique isto melhor, e que só o trabalho dá dignidade e dinheiro (...), se não for eu a dar-lhes trabalho, quem o dará, eu e eles, eu que sou a terra, eles que o trabalho são, o que for bom para mim, bom para eles é, foi Deus que assim quis as coisas, o padre Agamedes que explique melhor, em palavras simples que não façam mais confusão à confusão que têm na cabeça, e se o padre não for suficiente, pede-se aí à guarda que dê um passeio pelas aldeias, só a mostrar-se, é um recado que eles entendem sem dificuldade. (...) O povo não tem quem bata no dono do latifúndio que manda a guarda bater no povo. (...) O povo fez-se para viver sujo e esfomeado. Um povo que se lava é um povo que não trabalha (SARAMAGO, 2008, p. 101).

Neste contexto social e político, que procura eternizar a dominação e a resignação dos mais desprotegidos, não surpreende que a implantação da República seja descrita como um acontecimento imperturbável da ordem estabelecida. Num capítulo inteiramente dedicado à chegada do novo regime, o narrador revela que a retirada de poder à Igreja significou apenas um reforço do despotismo do latifundiário. No excerto a seguir transcrito, a repetição adverbial certifica o desejo das autoridades (políticas, militares e religiosas) de perpetuação do estado social e político vigente:

Então chegou a república. Ganhavam os homens doze ou treze vinténs, e as mulheres menos de metade, como de costume. Comiam ambos o mesmo pão de bagaço, os mesmos farrapos de couve, os mesmos talos. A república veio despachada de Lisboa, andou de terra em terra pelo telégrafo, se o havia, recomendou-se pela imprensa, se a sabiam ler, pelo passar de boca em boca, que sempre foi o mais fácil. O trono caíra, o altar dizia que por ora não era este reino o seu mundo, o latifúndio percebeu tudo e deixou-se estar, e um litro de azeite custava mais de dois mil réis, dez vezes a jorna de um homem (SARAMAGO, 2008, p. 43).

Nos anos da República, protagonizados pela geração de João Mau-Tempo, intensificam-se as clivagens sociais, aumenta o grau de violência sobre os trabalhadores rurais – particularmente, quando se mobilizam para manifestações e greves – e não é inteiramente cumprido o projeto de instrução que, inquestionavelmente meritório, não alfabetizou os mais desprotegidos. Observando a realidade alentejana no período republicano, Saramago conclui que “entre o latifúndio monárquico e o latifúndio republicano não se viam diferenças e as parecenças eram todas, porque os salários, pelo pouco que podiam comprar, só serviam para acordar a fome” (SARAMAGO, 2008, p. 44).

A questão salarial e a reivindicação de melhores condições de vida (por exemplo, num horário de trabalho digno) foram prementes, durante a Iª República. Saramago regista tais problemáticas na exposição da reação das autoridades perante uma petição dos camponeses. Relevando a promiscuidade entre o proprietário agrário e a autoridade policial, observa-se a ordem de Lamberto Horques para que o comandante da guarda republicana (o tenente Contente) silencie os revoltosos. A desproporção de meios confronta um batalhão da guardas – tropa anti-heroica que “avança lírica e guerreira, de sabre desembainhado” – e um insignificante e incrédulo grupo de camponeses que, saindo de palheiros e pastagens,

Recebem no peito o peitoral dos cavalos e nas costas por enquanto as pranchadas. (...). Ficaram os camponeses estendidos naquele chão, gemendo suas dores, e recolhidos aos casebres não folgaram, antes cuidaram das feridas o melhor que puderam, com grande gasto de água, sal e teias de aranha. Mais valia morrer, disse um (SARAMAGO, 2008, p. 46).

Não totalmente satisfeita com o cumprimento da missão, a força policial percorre montes alentejanos em busca dos instigadores de greves e rebeliões. Também aqui se assinala a discrepância de meios – “trinta e oito olhos para vigiar cinco trabalhadores rurais acusados de sedição e incitamento à greve” – e a exorbitância da pena – a prisão militar do Limoeiro para onde foram levados “como a récua de burros albardados de açoites, pancadas e dichotes vários” (SARAMAGO, 2008, p. 46). Saramago tem total consciência do anacronismo destas práticas violentas, considerando que a agressividade sobre os camponeses, arrastados para a prisão numa corda só, “como galés”, remonta a “histórias de épocas bárbaras (...), século quinze, não mais” (SARAMAGO, 2008, p. 46-47).

Diante de angústias básicas de sobrevivência, os camponeses de Monte Lavre veem a Iª Guerra Mundial, em que Portugal se envolve a partir de 1916, como um acontecimento quase irrisório. As suas batalhas são outras, mais próximas e imediatas: “Guerras também as havia ali, e não pequenas, todo o dia a trabalhar, se trabalho havia, todo o dia a ganhar de fome, houvesse ou não houvesse. Só as mortes não eram tantas, e no geral os corpos iam para a cova inteiros” (SARAMAGO, 2008, p. 62).

O projeto de instrução primária, fortemente incrementado pela República, sofre também reparo. As várias gerações dos Mau-Tempo não concluíram a escola básica (ou frequentaram-na episodicamente), mesmo que António conhecesse alguns ecos das iniciativas republicanas no desenvolvimento da instrução primária como mecanismo de combate ao analfabetismo (*e.g.*, através do alargamento da rede escolar). A reflexão de António revela alguma consciência da “desadequação entre estas intenções e os seus efeitos práticos” (CATROGA, 1991, p. 380), convertendo o ideal republicano de instrução da população em ineficaz força de propaganda:

Os propagandistas da república a clamar pelos povoados, Mandai os vossos filhos à escola, eram como apóstolos de pêra e bigode e chapéu mole anunciando a boa nova, a luz da instrução, chamavam à cruzada, com a extrema diferença de que então não se tratava de expulsar o turco de Jerusalém e do túmulo do Senhor (...), mas de vidas presentes, estas que depois iam com a saqueta de linhagem a tiracolo, suspensa de um barbante, e lá dentro a cartilha oferecida pela mesma república que mandava carregar a guarda se os progenitores reclamavam salário maior (SARAMAGO, 2008, p. 250).

Em síntese, Saramago reconstrói acontecimentos históricos da Iª República (em particular os que se prendem com o cerceamento da liberdade de expressão e de manifestação, e os ataques policiais a tentativas de mobilização e greve dos trabalhadores), num processo seletivo que parece ter como intuito estabelecer uma linha de continuidade entre a Monarquia e a implantação da República.

Em *Levantado do Chão*, a visão da Iª República Portuguesa é, pelo que acabo de expor, modelada pela ironia e pelo desencanto: ironia na descrição da agressividade excessiva e mesmo injustificada em cargas policiais e práticas autoritárias dos latifundiários; desencanto na observação das condições de vida inalteráveis dos mais fracos, os trabalhadores rurais alentejanos que, no contexto do romance, podem metonimizar a esmagadora maioria da população portuguesa, também ela rural, explorada e analfabeta.

3. Antes e depois da República

Localizada também numa aldeia alentejana (de nome fictício Torranjo), a narrativa de Mário Ventura, *Vida e Morte dos Santiagos* (1985), abrange um vasto período temporal, que se inicia no século XIX com a história da família Santiago, social e economicamente nos antípodas dos Mau-Tempo.

Importa considerar em primeiro lugar, como modo de entendimento da reação de alguns elementos da família à chegada da República, a resistência de Custódio Santiago à notícia do regicídio. Depois de ter sido quadrilheiro durante as invasões francesas, caceteiro miguelista e errante em busca de fortuna, Custódio instala-se em Torranjo, onde exerce um poder tirânico sobre camponeses e rendeiros². Dois episódios tenebrosos – o regicídio e a implantação da República – representam para o patriarca da família (como para a maioria dos seus descendentes) a suposição temível de alteração do mundo que construiu, preserva e pretende ver imutável. Custódio é um adversário obstinado da mudança e do progresso, e qualquer cogitação sobre a República comporta uma ameaça, quer à sua autoridade de proprietário, quer às herdades:

² Cf. Rodrigues, 1986, pp. 101-102.

Para Custódio José, o novo século começou no dia em que mataram o rei, e a implantação da República, dois anos mais tarde, veio confirmar a importância daquele acontecimento como sinal, que só ele soubera perceber, de uma mudança profunda e decisiva no fluir do tempo (VENTURA, 2005, p. 385).

Sobre o projeto republicano, Custódio partilha as dúvidas de muitos contemporâneos, sobretudo daqueles para os quais

A monarquia constitucional tinha sido (...) a ‘melhor das repúblicas’, isto é, um estado fundamentalmente democrático, mas que aceitava, pelo menos formalmente, a ordem tradicional representada por uma antiga dinastia e por uma Igreja oficial (RAMOS, 2001, p. 349).

O regicídio prenuncia, em seu entender, uma guerra civil ou “tempos novos e terríveis”. Como conservador, Custódio receia que a sanha republicana atente contra os seus bens e é por isso que contribui ativamente para agudizar o clima de instabilidade social, através do despedimento de reideiros (potenciais reivindicadores de melhores condições de vida ou mesmo do património do proprietário). Trata-se, portanto, de resistir à mudança que, embora desconhecida, é tomada como assustadora.

Tal como se verifica no romance de Saramago, os latifundiários alentejanos, agora representados por Custódio, tudo fazem para conservar inalterável o seu estatuto socioeconómico, ainda que tal preservação os conduza a substituírem-se à autoridade policial e a despedirem trabalhadores, que se veem obrigados a buscarem novas formas de subsistência:

Devia precaver-se com a necessária antecipação. Para começar, classificou de republicanos todos aqueles que corriam os montes, roubando ou cometendo tropelias de vária ordem, e fez saber às autoridades de São Gião que receberia a tiro quem tentasse fazer o mesmo nas suas propriedades. Depois, desfez-se pouco a pouco dos reideiros, cada vez mais exigentes e improdutivos, temendo as reivindicações após a queda provável da monarquia, e por fim comprou armas novas, pistolas e carabinas, e disse, Agora já pode vir essa canalha, será recebida como merece. E assim a terra dos Santiagos voltou à imobilidade do passado, para sossego da família e desgosto dos homens do povo, de novo obrigados a procurarem trabalho longe, trabalho cada vez mais raro, pois as más notícias provenientes da capital pareciam ter o condão de paralisar a actividade dos campos (VENTURA, 2005, p. 368-369).

A distância da capital e as dificuldades de comunicação entre Lisboa e a província são fatores positivos para postergar a implementação rural do ideário republicano. Custódio rentabiliza os benefícios do isolamento do Alentejo, ao mesmo tempo que percebe que a monarquia criou condições para o seu próprio desmoronamento. Em última instância, é-lhe indiferente o regime político do país. O que verdadeiramente inquieta os seus pensamentos é a transformação de um microcosmo que criou e se habituou a subjugar, na qualidade de poderoso proprietário agrário, oferecendo aos empregados salários muito baixos e ameaças permanentes

de perda de trabalho. A autoimagem distorcida conduz Custódio a tomar-se como benemérito incompreendido e mal agradecido:

A queda do regime não o impressionou por aí além, já há dois anos o previra e esperava, e tão-pouco lhe causou abalo, porque considerava a realeza única responsável pelo que vinha acontecendo no país, e assim como assim sempre era preferível mudar, ainda que para pior, a ficar no mesmo lugar feito burro. Se tudo corresse como era hábito, e assim o esperava, a república só chegaria às terras de Torranjo como um peido de cu pouco firme: pálida e desmaiada. Preocupava-o, isso sim, o comportamento daqueles com quem tinha de conviver ou lidar, fossem lavradores ou simples ganhões, porque uns e outros haviam de proceder como os alarves que eram, incapazes de usar a cabeça e dominar o coração, e contribuindo para que todas as coisas acontecíveis, mesmo as melhores, acabassem por ser as piores coisas do mundo. Os primeiros sempre se portavam muito mal, com a excitação duma donzela vendo homem nu pela primeira vez, meditando como escapar dos assados ou sacar o melhor proveito, e os segundos exigindo mais do que se lhes dava, e não mereciam, ladrando muito e mordendo pouco, mas capazes, em qualquer momento, de ferrarem uma dentada à falsa fé. No fundo, pressentia que as mudanças anunciadas viriam perturbar a tranquilidade do seu mundo, pondo-o, se não em risco, pelo menos em transe de o obrigar a esforços contrários à paz de espírito (VENTURA, 2005, p. 385-386).

A adesão ou, pelo contrário, a hostilidade ao novo regime adquirem popularmente contornos emocionais inconstantes, quando é descrita a reação da população de Torranjo à presumível influência republicana nas condições climatéricas. Mais uma vez, o afastamento geográfico determina uma visão pouco esclarecida (por vezes, supersticiosa) do ideário republicano, ele próprio porventura empenhado em instrumentalizar consciências. Considere-se apenas o seguinte episódio: no primeiro ano da República, a abundância de colheitas desencadeia uma exaltação quase mística do regime; todavia, nos anos seguintes, a escassez de safras levaria, com a mesma convicção e cólera, à condenação dos republicanos, a quem anteriormente tinha sido atribuído um ato miraculoso:

No ano imediato à implantação da república tudo correu bem, porque o tempo foi o melhor possível e as colheitas abundantes levaram pão e alegria a toda a parte. As searas em Torranjo foram as mais ricas de sempre, até onde alcançava a memória colectiva, e em alguns casos nem sequer foi preciso deitar a semente à terra para o trigo crescer forte e farto. Tão exuberante se mostrou a natureza, e tão caprichosa no seu comportamento, que os prosélitos do novo regime não hesitaram em apontar o facto como dádiva da república, a qual não só transformava a vida das pessoas como punha a natureza a funcionar de acordo com os interesses do povo. E muita gente acreditava que assim era, aderindo por essa razão aos novos ideais. Mas Custódio, observando tudo isto de forma rancorosa, dizia para si, Esperem pela pancada e já verão o que lhes vai custar este disparate do tempo.

Ao segundo ano, com efeito, tudo mudou. Começou a chover desalmadamente, como ninguém se lembrava de alguma vez ter acontecido. (...) Continuou a chover no ano seguinte, e no outro também, e assim sucessivamente, enquanto a fome e o desespero se multiplicavam, e muita

gente assacou as culpas à república, cuja maldade lograra o prodígio de virar o tempo do avesso (VENTURA, 2005, p. 387-388).

As referências históricas contemplam ainda a descrição de manifestações de camponeses. E, de novo, confrontam-se dois universos inconciliáveis: o dos endinheirados lavradores alentejanos e o dos camponeses assalariados que aspiram a condições de sobrevivência mais dignas.

Incapaz de contrariar alguma adesão social ao novo regime, Custódio decide afastar-se. Voltará uns anos mais tarde com uma nova atitude (a de oportunista “adesivo”, na crítica mordaz do sogro, que o associa aos monárquicos que aderiram às fileiras da República) e disposto a adaptar-se às novas circunstâncias. Perante outros latifundiários alentejanos, e ao abrigo de ataques pessoais dos camponeses, explora as suas capacidades oratórias para advogar a transitoriedade da República. O tempo obriga-o, contudo, à acomodação como única via de preservação do património. De erupção temporária da pele, a República converte-se em regime saudável e pilar da tranquilidade social:

A república não passava de brotoeja transitória, uma doença epidérmica sem qualquer influência profunda na mente dos homens e na estrutura da sociedade. (...) mais dia menos dia, serão os próprios políticos a pôr a mão sobre a canalha, porque, se não o fizerem, acabarão sendo vítimas dela (...). E nesse dia (...), também eu apoiarei a república, porque se o regime instaurado garantir a ordem e a segurança, tanto me faz que seja o rei como o doutor que esteja no poder. (...). Partira inimigo do regime e voltava republicano (VENTURA, 2005, p. 391-392).

Custódio utiliza a sua influência social para clamar contra a ineficácia dos políticos e o despropósito das reivindicações dos assalariados. Será, até à morte, um defensor fervoroso e inabalável do regime monárquico e um opositor determinado da mudança, que associa à República.

A resistência à transformação observa-se ainda em alusões a obstáculos e dificuldades de modernização e industrialização do Alentejo. Custódio é uma personagem-tipo, que representa as tendências mais conservadoras da sociedade portuguesa no período da Iª República: mostra-se descrente de quaisquer tentativas de democratização e de concessão de liberdade ao ser humano. A sua noção de Direitos Humanos envolve uma separação, absolutamente refutável, entre aqueles que têm um direito natural ao exercício da liberdade e aqueles que não sabem usá-la, porque se mostram incapazes de o fazerem e têm de ser tratados como crianças pouco responsáveis. Valores como Liberdade, Igualdade e Fraternidade, que inspiraram o Republicanismo português, são tomados à medida de interesses pessoais. Não é possível admitir que estes valores possam ser usufruídos por todos, pois o discurso da

personagem está inquinado por noções como estratificação social (em função do poder económico), sabedoria dos fortes/ignorância dos fracos e substituição da Fraternidade pela paternalista e condescendente dádiva aos mais desfavorecidos, que aparece exemplarmente expressa na recusa do rótulo “latifundiário” e nas justificações para o aumento do número de propriedades:

Falam de latifúndio como se fosse crime, quando é certo que em terra de solo pobre e mau clima só a grande propriedade consegue sobreviver. Por mim, o facto de ter várias herdades todas juntas não autoriza quem quer que seja a chamar-me latifundiário, porque cada uma delas tem uma aptidão e todas são necessárias ao êxito da boa lavoura. E se nos últimos anos lhes acrescentei mais algumas, não foi por minha vontade, mas sim para ocorrer a lavradores que não tiveram outro remédio senão pedir-me o favor de lhes comprar as terras (VENTURA, 2005, p. 395).

Nestas condições, em que qualquer discurso ou comportamento tem como pressuposto uma representação menorizada do Outro (aquele que, por infortúnio de nascimento ou impossibilidade de alterar a sua condição, sempre se mantém numa posição desvantajosa), Custódio não pode aceitar os ideais subjacentes à implantação da Iª República Portuguesa. Cito um último discurso em que, incorrendo em contradições lógicas elementares, a personagem preserva valores que defende desde a juventude. Nessa extensa meditação que, creio, não resulta de coerência, mas de uma obstinação cega, Custódio segmenta a humanidade em dois grupos: o dos líderes esclarecidos (de que faz parte) e o dos assalariados (inaptos a compreenderem “ideias novas” e dependentes do esclarecimento dos mais capazes). Ao mesmo tempo, reflete sobre as consequências de um facto inquestionável na Iª República – a instabilidade governativa – e critica opções políticas – designadamente o projeto de reforma agrária:³

O mal dos políticos (...) era a liberdade semeada a torto e a direito, deturpada e mal aproveitada por quem obviamente não a podia assimilar. A humanidade dividia-se entre os aptos a compreender e a aceitar as ideias nobres e os que nunca as perceberiam, tal como havia animais domesticáveis e outros que não passavam do estado feroz. E isso nada tinha a ver com classes sociais ou diferenças económicas, puras balelas inventadas para fomentarem a desordem, pois todos os homens eram iguais perante Deus, mas sim com a inércia ou deformação de cada um. Se não fosse assim, como aceitar o mau trabalho dos políticos, que eram, pela sua acção, os primeiros demolidores da ideia republicana? A sua obra estava à vista: em poucos anos, mais de trinta ministros das Finanças, vinte e tantos da Justiça, quase trinta dos Estrangeiros, igual número do Interior, vinte e cinco das Colónias – não impedindo, antes facilitando, que estas se fossem perdendo –, mais de vinte da Marinha – realmente em demasia num país sem barcos –, mais parecendo tudo isto que a república não passava de uma fábrica de maus governantes, enquanto o povo, tradicionalmente bom, generoso e pacífico, se entregava aos piores

³ Embora nos primeiros anos a República não tenha interferido na questão agrária, porque “parte dos seus sustentáculos recrutava-se exactamente entre a burguesia absentista e até entre os grandes latifundiários” (MARQUES, 2010, p. 24), o problema de uma reforma agrária tornou-se crucial, sobretudo depois da Guerra.

desmandos, estimulados pelos exemplos da capital. Se os excessos populares, como se dizia, só ali ocorriam – e não era bem claro que assim fosse –, tal se devia à estupidez dos políticos, parindo ideias mirabolantes sobre o Sul do país, como fosse a de fazer a reforma agrária e a de desviar para ali o fluxo emigratório para o Brasil. Como se não houvesse aqui gente de sobejo, dizia Santiago com indignação, cujo único defeito é a pouca ou nenhuma vontade de trabalhar. A minha lavoura faço-a eu bem com meia dúzia de malteses, e não me venha cá o governo dizer como devo agir (VENTURA, 2005, p. 394-395).

A sua confiança inabalável no retorno da monarquia e na queda iminente da República passa também pela expectativa de que o esforço de guerra constitua o meio de acelerar o fim do regime. Custódio receia o desaparecimento de privilégios familiares mantidos durante longas décadas:

Durante algum tempo, depositara esperanças na guerra europeia, prevendo que no seu termo a república estaria exangue e os trabalhadores sem apetites de revolta, e considerava uma tontice que os agitadores vissem o conflito como o último estertor da burguesia antes da Grande Revolução. Mas depois, com o progressivo apagamento do poderio germânico e a supremacia militar das potências mais vulneráveis à agitação popular, começou a temer que a arraia-miúda levantasse cabeça e prosseguisse nos respectivos países a vitória externa em vésperas de se concretizar. Nessa altura, previa, seria inevitável a guerra civil, aliás a gosto da canalha, que outra coisa não desejava desde a implantação da república, mas que seria ganha por quem se mantivesse calmo e expectante, sem palavreados inúteis e consciente da razão e justiça. Pessimista em relação ao presente, otimista quanto ao futuro, e em qualquer dos casos moderadamente, assim ia Custódio Santiago passando os anos, não se comprometendo com ninguém, apoiando o regime com um pé à frente e outro atrás, na expectativa de um governo forte que metesse nos eixos todos os loucos à solta, comprando novas terras mas não as cultivando, doseando, com algum trabalho e poucas dádivas, a fome do povo, cortando-lhe assim a tentação dos excessos lamentáveis, e sempre desejando que a chuva durasse mais alguns anos, embora exteriormente condescendesse em atribuir-lhe muitos dos males da agricultura (VENTURA, 2005, p. 395-396).

Embora não contemple referências explícitas ao término da República, o romance continua a acompanhar gerações posteriores dos Santiagos, mostrando que o novo regime é bem acolhido, pois traz paz e estabilidade sociais, defendidas agora pelo filho de Custódio. Assiste-se a uma continuidade no que respeita a desequilíbrios sociais – os pobres continuam a sê-lo e não deixam de sofrer perseguições sempre que recolhem bolotas de propriedades da família Santiago; o poder dos latifundiários não é abalado, embora Custódio tema que o filho José, mais ocupado em aventuras amorosas fortuitas e nos encontros na Liga dos Interesses Materiais e Espirituais, arruíne o patrimônio familiar nunca até aí diminuído. José Santiago esboça uma tentativa de industrialização e modernização do Alentejo – não mais do que um ambicioso conjunto de projetos demoradamente teorizados. Mas a construção de albufeiras apenas proporcionará o aparecimento de uma praga de animais e o fabrico de farinha de bolota,

também contaminada por uma praga. Não obstante tais fracassos, José será nomeado governador civil, em irônica alusão à promoção dos medíocres.

O ímpeto revolucionário apodera-se, no entanto, de um neto de Custódio: Amadeu combate, em 1937, na Guerra Civil Espanhola, defraudando as convicções do avô e do pai e contrariando o antirrepublicanismo feroz do primeiro.

4. O legado republicano na ditadura

Se em *Vida e Morte dos Santiagos* está em causa uma análise da República como rutura negativa da monarquia e ameaça ao *status quo*, em *O Segredo de Miguel Zuzarte* (1999), Mário Ventura constrói uma cronologia em que o tempo do protagonista, o mês de outubro de 1910, é alternado com a temporalidade pós-republicana do narrador. O presente é avaliado como sequela do passado e semente do futuro. No primeiro caso, a obstinação de Zuzarte na ocultação de um telegrama que anuncia a implantação da República fica a dever-se a firmes convicções monárquicas; no segundo, e de algum modo prolongando as piores intuições do protagonista, o narrador, criança no tempo da diegese principal e professor da mesma aldeia trinta anos mais tarde, estabelece um paralelismo entre Outubro de 1910 e o ano de 1940, para concluir que as semelhanças se sobrepõem às diferenças, o que, dito de outro modo, constitui uma reflexão pessimista sobre o legado da República nos alvares da ditadura.

A epígrafe do romance, retirada do poema pessoano “Nevoeiro”, antecipa uma visão deplorável do país. Pessoa aponta em 1918 um estado de crise generalizada (política – “Nem rei, nem lei, nem paz, nem guerra”; de identidade – “Este fulgor baço da terra”; e de valores – “Ninguém sabe que coisa quer. / Ninguém conhece que alma tem, / Nem o que é mal nem o que é bem” – PESSOA, 1979, p. 104), mas que, sob o manto pessimista da escuridão, esconde uma nota de esperança: “Tudo é incerto e derradeiro. / Tudo é disperso, nada é inteiro. / Ó Portugal, hoje és nevoeiro...” (PESSOA, 1979, p. 104).

Sob o signo destes três versos se situa ideologicamente o romance de Ventura, também uma combinação de luzes ténues e trevas profundas, otimismo moderado e pessimismo carregado.

Observa-se uma articulação estreita de motivos entre os dois romances, pois os juízos negativos sobre a República e a sua herança ofuscam avaliações positivas e tendencialmente risonhas.

No primeiro dia como telegrafista na remota aldeia alentejana de São Lourenço, Miguel Zuzarte depara-se com a notícia que mudaria para sempre a sua vida e a dos habitantes que acaba de conhecer. Como dedicado simpatizante da monarquia – o dia do regicídio fora um

“dia fatídico [que] assinalara também a primeira grande derrota da sua vida” (VENTURA, 2001, p. 11) –, Miguel recusa divulgar a notícia que acaba de receber. (...) “A todas as autoridades locais. Foi derrotado o regime monárquico e implantada a república em Portugal. Pede-se a maior tranquilidade e civismo. Viva a república” (VENTURA, 2001, p. 13).

A ausência de informações e do comboio que diariamente chega à aldeia torna-se motivo de desassossego e de suspeitas sobre o telegrafista. Grande parte do romance focaliza angústias, dilemas e alegações do protagonista, e o modo como tais sentimentos desconsideram interesses e necessidades das várias camadas sociais representadas no texto: uma nova correia para uma debulhadora avariada (Benito Lobão); bens de primeira necessidade para toda a povoação; informação atualizada (professor Gonçalves); ou simplesmente alguma agitação diária proporcionada pela passagem do comboio num lugar perdido no tempo e na província portuguesa. Apesar de todas as ameaças e instigações populares, Miguel mantém-se irredutível na determinação de não divulgar o telegrama, alentado no princípio de que a República trará a desgraça a São Lourenço.

A sua reação à leitura do telegrama demonstra a impossibilidade de tomar como realidade um facto que não se encaixa nas suas categorias mentais: “releu as escassas palavras da mensagem, tentando adaptá-las à sua realidade, mas o resultado era sempre a expressão de algo que ao seu entendimento não aparecia senão como uma fantasia” (VENTURA, 2001, p. 10-11).

Procura, por isso, ganhar tempo: não dispondo de mais informação senão aquela que lê, Miguel confia na bravura e na resistência dos monárquicos, encontrando nelas uma primeira justificação para ocultar o conteúdo da mensagem. De igual modo, julga que uma população (que conhece apenas há umas horas) deve ser poupada ao sofrimento da novidade; assume assim uma atitude paternalista, pois propõe-se defender uma comunidade cujos interesses reais lhe são ainda desconhecidos:

O povo não devia ser alvoroçado pela má nova contida nas escassas palavras de um telegrama, ajuizava, e a realidade talvez nesse momento fosse já outra muito diversa da que fantasiava a mensagem. Os monárquicos eram muitos, e todos homens bons, que não se resignariam a deixar morrer sem luta uma pátria de séculos, se necessário com derrame de sangue e o sacrifício da vida (VENTURA, 2001, p. 12).

Ao longo do romance, a voz interior de Zuzarte é complementada pelas considerações do narrador sobre o estado do país trinta anos mais tarde. O cruzamento de duas temporalidades e de duas vozes de enunciação produz um efeito especular, uma vez que os juízos do narrador confirmam as suspeitas e os desassossegos do telegrafista acerca da ação republicana.

A oposição de Zuzarte ao novo regime retoma argumentos de Custódio Santiago em expressões idênticas: “veneno republicano” e “corja republicana” (VENTURA, 2001, p. 138-139). Planeia ainda uma acção patriótica de derrube da República, mas depressa se convence que não poderá contar com aliados: porque (como diria Custódio Santiago) o povo “não quer nem pensa nada. No fundo, só se preocupa com as necessidades comezinhas do dia-a-dia, é mesquinho e egoísta, exigente e mal-agradecido”; ou ainda porque os frequentadores do restaurante local, a Casa Inocência, são

Monárquicos, respeitadores da ordem estabelecida e defensores das instituições tradicionais, mas incapazes (...) de se empenharem na defesa do rei ou do próprio regime. Um e outro estão demasiado longe desta aldeia desconhecida, para poderem despertar os ímpetos patrióticos de quem quer que seja (VENTURA, 2001, p. 55-56).

Miguel assume a ocultação do telegrama como uma “guerra pessoal” contra os republicanos, antipatriotas e movidos apenas pelo “instinto da destruição” (VENTURA, 2001, p. 31).

A Casa Inocência é um pequeno universo que concentra metaforicamente diferenciações sociais do país e a dificuldade de superação de tais clivagens (determinadas sobretudo por desigualdades económicas). Aí se reúnem, sem se agregarem, rendeiros e lavradores, de um lado, e “jornaleiros, malteses e outros que tais, que são servidos noutra divisão em condições mais modestas e por preços mais acessíveis” (VENTURA, 2001, p. 32).

Regressando à aldeia em 1940, o narrador verifica que apenas o nome do estabelecimento foi alterado: a Casa Inocência converteu-se no mais moderno *Café homónimo*, mas a estratificação social rígida mantém-se. É possível sustentar que a ditadura promoveu uma maior separação de classes, porque os dois espaços deram lugar a três. Se no princípio da República a divisão se fazia entre “ricos” e “pobres”, durante os primeiros anos da ditadura surge “uma nova categoria que não era de ricos nem de pobres. São os remediados (...): os empregados da única agência bancárias, os caixeiros dos novos comércios, o enfermeiro, o farmacêutico e pouco mais” (VENTURA, 2001, p. 44). A coexistência é perigosa e obriga o proprietário a construir uma nova porta. Numa reflexão que confronta atitudes mentais perante desigualdades sociais, o narrador conclui que a divisão simples do passado dá lugar, no presente, a uma classe emergente e desconfortável com a sua condição mediana:

Ricos e pobres conheciam bem o seu lugar, e não havia interferências. Mas os recém-vindos passam o tempo a sonhar com uma ascensão à sala dos ricos, e não disfarçam por isso a aversão que lhes suscitam os ocupantes da divisão dos pobres. São uns inconformados com a situação que Inocência lhes reservou nos escalões sociais do café (VENTURA, 2001, p. 44).

Outros elementos permitem traçar uma durabilidade ideológica e empírica entre a República e a ditadura. Podem ser interpretados como justificação do narrador para a decisão de Miguel: o tempo parece ter-lhe dado razão, não exatamente porque o narrador comungue de uma nostalgia de retorno da monarquia, mas porque toma consciência do malogro dos projetos republicano e ditatorial. Logo, das diversas reflexões do narrador iniciadas com o sintagma “Trinta anos depois”, conclui-se que os pilares teóricos do projeto republicano falharam. A República não terá passado de uma operação cosmética (idêntica à erupção cutânea referida no anterior romance), que não alterou substancialmente o país em qualquer dos seus âmbitos mais complexos. Mas trinta anos passados, o Estado Novo também não terá feito senão leves retoques na estrutura social portuguesa. O narrador concede que “algumas coisas mudaram”; todavia, analisando com ponderação tal mudança, confirma a sua relativa superficialidade: a população aumenta; as ruas empoeiradas de terra batida são asfaltadas; a escola, que durante a República ocupava as instalações da igreja, usufrui de um espaço próprio; a energia eléctrica chegou a São Lourenço e o abastecimento de água é uma promessa que a breve termo será cumprida.

Embora não pretenda desvalorizar os benefícios destas modificações, muito significativas numa povoação esquecida do Alentejo, o narrador observa: “é difícil detectar outras mudanças profundas nesta vila”. As previsões de Zuzarte são comprovadas pelo devir histórico, que mostra, em 1940, uma aldeia alentejana onde a industrialização da agricultura conduziu à dispensa de mão-de-obra e ao esgotamento dos solos: “de progresso só temos os instrumentos, que não proporcionam mais do que uma ilusória sensação de riqueza” (VENTURA, 2001, p. 73). Se o incremento da riqueza não se ficou a dever ao aumento da produção, mas à subida dos preços do trigo, a sua repartição mostrou-se “injusta e irrelevante”, porque “os trabalhadores continuam a sobreviver com salários de miséria, quando têm trabalho, e os lavradores transformam-se em senhores” (VENTURA, 2001, p. 74). Os antigos latifundiários “aumentam as suas fortunas com rendas” (VENTURA, 2001, p. 75). Dilata-se o distanciamento entre proprietários e trabalhadores rurais, criando condições (talvez mais favoráveis do que aquelas que existiram na República) para a “revolta” e a “rebelião”. A única diferença assinalável entre os dois regimes é o reforço da autoridade da ditadura “onde não se permite qualquer assomo de agitação política” (VENTURA, 2001, p. 75).

A dúvida que encerra o romance certifica certo desânimo na avaliação de três regimes. O povo está disponível para aceitar quaisquer políticos que não contrariem expectativas legítimas de bem-estar, sobretudo econômico:

Talvez as coisas se passem de forma diversa noutras terras, mas aqui foi sempre assim. As pessoas não acreditam em nada e não têm afeições políticas. Nunca acreditaram na monarquia, nem na república, e também não alimentam grande simpatia pelo actual regime (VENTURA, 2001, p. 127).

Mas tanto Miguel quanto o narrador são ultrapassados pelas circunstâncias históricas: em 10 de outubro, o comboio regressa à estação de São Lourenço (até aí, a sua ausência tivera o mérito de esbater “as diferenças sociais, pois ali todos se reuniam e falavam, sem necessidade das divisórias que existiam na Casa Inocência” e de estabelecer “familiaridades inéditas” – VENTURA, 2001, p. 143); em 1940, o narrador é um professor primário conformado com o país pouco alterado da sua infância. À sua resignação corresponde a indiferença do protagonista quando ouve o discurso dos republicanos, convertidos em figuras messiânicas que chegam a São Lourenço numa manhã de nevoeiro e que, perante uma população cética, reafirmam as bases do ideário republicano:

Tranquilidade pública, paz nos lares, e trabalho morigerado, são os grandes lemas da república que acaba de ser implantada, e também os mais altos desígnios de uma nação que se quer moderna e civilizada. O exemplo desta terra, consubstanciado na presença maciça, aqui, de todos os seus naturais, dá-nos a certeza de que São Lourenço contribuirá para a grande obra de reconstrução nacional. Viva Portugal! Viva a República! (VENTURA, 2001, p. 154)

O desfecho do romance assemelha-se a uma comédia de erros, na qual todos os intervenientes estão desfasados da realidade: os republicanos desconhecem a motivação real que levou uma pequena multidão à estação, mas optam por interpretar a ignorância como apelo entusiasta e adesão natural à República:

Tal como todos os portugueses, também vós haveis lutado, decerto com sacrifícios sem conto, para que o ideal republicano saísse vitorioso do confronto arrojado com a praga monárquica. E hoje estamos aqui a celebrar em conjunto esta nova aurora, que nos vem trazer um futuro de felicidade, bem-estar e progresso. Mas, para que isso seja possível, temos de regressar todos a um clima de ordem e tranquilidade, sem as quais não existirá a verdadeira paz social que é própria de uma nação moderna. Estes campos à nossa volta têm de voltar a ser cenário de um trabalho fecundo, que não deixa tempo para agitações perniciosas. O governo provisório espera, de todos vós, o maior respeito pela propriedade e pela integridade dos semelhantes, sejam quais forem as suas posições políticas ou religiosas. E é para garantir a liberdade individual que se devem respeitar as pessoas dos polícias, dos soldados e dos padres, sob pena de se castigar severamente todo e qualquer excesso levado a cabo (VENTURA, 2001, p. 154-155).

O momento tem de ser aproveitado para uma ação de campanha, cujo sentido profundo não é compreendido. Os habitantes de São Lourenço, emocionados com os elogios e as “simpáticas e acolhedoras” palavras de um dos ocupantes do comboio, reagem com entusiasmo

à proclamação da República e veem nela uma solução milagrosa para todos os seus problemas (abandono, atraso econômico, instabilidade social).

A República das mulheres

Nos textos comentados até ao momento, a República é representada num ângulo tendencialmente negativo. A rutura que pretendia instaurar não é confirmada nos três romances, que optam por levar o ideário republicano a lugares remotos de Portugal, aqueles que em tese mais careciam de uma mudança. A queda do regime republicano e o renascimento de esperanças depositadas no novo sistema político não constituem também motivo de exame positivo.

Poderá concluir-se que a literatura portuguesa contemporânea contempla com decepção este período da História de Portugal. Tal observação é, no tanto, parcialmente contrariada pela evocação da figura de Adelaide Cabete na única peça de teatro escrita por Lídia Jorge, *A Maçon* (1997). O título identifica a ginecologista, propagandista republicana e feminista Adelaide de Jesus Damas Brazão e Cabete (Elvas, 25 de janeiro de 1967 – Lisboa, 19 de setembro de 1935), defensora perseverante da melhoria de condições de vida das crianças e das mulheres (sobretudo as grávidas e as mais desfavorecidas) e membro da Maçonaria, para a qual entrou em 1907 com o desígnio de construir um projeto de luta pela igualdade entre homens e mulheres.⁴ A apropriação do nome da revolucionária francesa Louise Michel, personalidade de relevo na Comuna de Paris de 1871, revela também a sua adesão aos ideais da Maçonaria.

Justifica-se uma reflexão prévia sobre o texto apresentado na contracapa da peça. A autora assinala o motivo que inspirou a dramatização da biografia de Adelaide: subtrair ao esquecimento uma notável médica, pedagoga, publicista e benemérita de que “passado pouco mais de meio século, restam notícias vagas, partilhadas por muito poucos”. As razões dessa omissão são também apontadas: o “espírito redutor de 1926, sagaz em sepultar, durante décadas, o nome daqueles que haviam querido a libertação” (JORGE, 1997), e o dissídio entre Adelaide Cabete e o seu tempo (a própria Maçonaria, que fez de algumas mulheres instrumentos de grande utilidade na implantação da República, para logo depois as desvalorizar política, social e civicamente).

A reflexão de Lídia Jorge comporta assim um juízo de valor sobre as primeiras décadas do século XX português, propiciadoras da “prática da cisão e da vingança”. Como “feminista de vanguarda”, sempre apoiada pelo marido e pelo sobrinho e filho adotivo, Arnaldo Brasão,

⁴ Dados biográficos recolhidos no *Dicionário no Feminino*, dirigido por Zília Osório de Castro e João Esteves, e em *Operárias e Burguesas. As mulheres no tempo da República*, da autoria de Maria Alice Samara.

Adelaide confrontou, na sua reivindicação da liberdade feminina, uma época de obstrução desses direitos à mulher.

O texto apresentado na contracapa identifica um momento específico da vida da protagonista: a viagem de barco para Luanda, realizada em 1929, na companhia de Arnaldo. Na tormentosa travessia, debatem-se a “verdade histórica” da navegação e uma outra viagem pela “conflitualidade interna da personagem”. O duplo sentido da viagem é demonstrado pelo diálogo entre Adelaide e alguns passageiros (o marido já desaparecido e companheiros da Maçonaria, também ausentes).

O ambiente criado pela dramatização oscila de igual modo entre a factualidade dos acontecimentos históricos (a viagem para um país africano, a presentificação de factos da vida de Adelaide) e o onirismo (sugerido pelo aparecimento de alguns indicadores de loucura numa mulher amargurada com a incompreensão da sua ação cívica e com os inúmeros obstáculos que o poder político lhe colocou).

A didascália do Primeiro Ato converte o ambiente marítimo num prolongamento do mítico espaço da infância, na planície alentejana. No paquete que a transporta para África, já depois do fim da República, Adelaide faz-se acompanhar de instrumentos médicos; é reconhecida pelos passageiros como uma mulher celebrizada pelo jornal republicano *O Rebate*. Mas a reputação é acompanhada pela exigência de auxílio a um grupo de crianças afetadas por uma doença contagiosa, que Adelaide recusa socorrer. A sua rejeição metaforiza, de certo modo, um balanço profissional dececionante, porque sempre abalado por juízos que o diminuiram: “A lei escreve-se e reescreve-se, e apaga-se (...). O próprio bem mudou” (JORGE, 1997, p. 21).

Também no Primeiro Ato, o leitor identifica Adelaide como uma destacada figura da Maçonaria (assiste-se mais tarde a um ritual de iniciação maçónica) e toma contacto com algumas memórias dolorosas da protagonista quando ajuíza um programa e uma organização que teorizaram sobre a promoção do papel da mulher na República e em pouco tempo lho retiraram. A Loja Humanidade (fundada em 1907) ter-se-á esgotado ideologicamente na destruição da monarquia, porque de imediato os seus elementos masculinos, ignorando que as mulheres haviam sido

Pioneiras na criação de lojas de mulheres, retrocederam e mentiram e calaram-nos insultando-nos. E desapareceu a Loja Humanidade e nós, mulheres, desentendemo-nos e guerreámos-nos e as poucas que resistimos tivemos de nos filiar no Supremo Conselho Nacional Misto, para existirmos... (JORGE, 1997, p. 46).

Alheada de todos os que a rodeiam e de uma epidemia que afeta passageiros infantis, Adelaide ignora ainda censuras à Maçonaria (“seita” felizmente aniquilada, segundo o general de três estrelas) e avaliações positivas dos viajantes de primeira classe sobre os benefícios do Estado Novo (controlo da despesa pública e instauração de ordem na Banca, para o banqueiro Miranda; honra, prestígio e justiça do país, de acordo com o general). Prefere dialogar com figuras do passado e encenar a própria morte.

Temporalmente situada nos três primeiros anos da ditadura, a peça de Lídia Jorge não só retira do esquecimento uma republicana (cuja intervenção cívica a aproxima, em meu entender, de mulheres como Ana de Castro Osório, Angelina Vidal, Maria Veleda ou Carolina Beatriz Ângelo); redignifica o seu papel de defensora das mulheres mais desfavorecidas durante a República; destaca o lugar de uma mulher que ousou combater um regime desigual, por exemplo, impedindo o direito de voto feminino; assinala o papel da Maçonaria (em particular, dos seus elementos femininos) tanto para o fim da monarquia, quanto para a implementação dos ideais republicanos.

Epílogo

Dos textos percorridos, verifica-se que nos três primeiros a República é reapreciada com desencanto. Os romances identificam questões fundamentais deste regime, desde logo, económicas e sociais resultantes de uma “viciosa organização da propriedade” e de uma “incipiente industrialização” (MARQUES, 2010, p. 22). Retratam profundas desigualdades que opõem um grupo minoritário de latifundiários alentejanos a um “vasto mundo de camponeses”, “massa amorfa, quase totalmente analfabeta, vivendo frugalmente quando não miseravelmente, de poucas ambições” (MARQUES, 2010, p. 44). Descrevem movimentos de agitação social reprimida. Expõem as fragilidades de um regime que não abalou as estruturas socioeconómicas já implantadas. Refletem sobre as heranças da República, sustentando que as suas realizações foram modestas.

A peça de Lídia Jorge exalta o heroísmo de uma revolucionária. A dramatização de uma existência singular de dedicação às aspirações republicanas não deixa de contribuir, todavia, para tornar mais visíveis as sombras que ofuscaram os projetos, os ideais e o legado republicanos.

A convergência do desencanto, nos quatro textos, merece ser problematizada, pois é um pouco surpreendente que a imagem negativa da Iª República favoreça a representação de uma Monarquia na qual eram concentrados muitos infortúnios do país. Pergunto-me se, na revisão da República, os escritores não padecem de um mal mais profundo, até certo ponto inscrito no

código genético português, que consiste em relacionarem-se com a História vendo-a caminhar em direção errada.

Por isso, não posso deixar de problematizar a própria escolha destes quatro textos: os autores convergem em ficções com a mesma estrutura um pouco maniqueísta (Monarquia positiva vs. República negativa), mas talvez o futuro e a leitura de outras obras nos deem uma percepção mais positiva da Iª República Portuguesa.

REFERÊNCIAS

- AAVV. **1910. Uma antologia literária**. Lisboa: Dom Quixote, 2010.
- CASTRO, Zília Osório de; ESTEVES, João. **Dicionário no Feminino (séculos XIX-XX)**. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.
- CATROGA, Fernando. **O Republicanismo em Portugal**. Da formação ao 5 de Outubro de 1910. Coimbra: Faculdade de Letras, 1991.
- JORGE, Lúcia. **A Maçon**. Lisboa: Dom Quixote, 1997.
- LETRIA, José Jorge. **O Vermelho e o Verde**. Lisboa: Planeta, 2010a.
- LETRIA, José Jorge. **Morro bem, salvem a Pátria!** Lisboa: Oficina do Livro, 2010b.
- MARQUES, António de Oliveira. **A Primeira República Portuguesa**. Lisboa: Texto Editores Ltda., 2010.
- PESSOA, Fernando. **Mensagem**. Lisboa: Ática, 1979.
- RAMOS, Rui. **História de Portugal**. A segunda fundação (1890-1926). Lisboa: Editorial Estampa, 2001.
- RODRIGUES, Urbano Tavares. T. Recensão crítica a *Vida e Morte dos Santiagos* de Mário Ventura. In: **Colóquio/Letras**, 92, 1986, p. 101-102.
- SAMARA, Maria Alice (2007). **Operárias e Burguesas**. As mulheres no tempo da República. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2007.
- SARAMAGO, José. **Levantado do chão**. 17ª ed. Lisboa: Caminho, 2008.
- VENTURA, Mário. **O Segredo de Miguel Zuzarte**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001.
- VENTURA, Mário. **Vida e Morte dos Santiagos**. 5ª ed. Lisboa: Casa das Letras/Editorial Notícias, 2005.